



Direito Administrativo para Câmara dos Deputados - 2026

<https://www.teconconcursos.com.br/s/Q5kokY>

Ordenação: Por Matéria e Assunto

www.teconconcursos.com.br/questoes/2775298

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT I (CNPq)/CNPq/Administração e Recursos Logísticos/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1001 Julgue o item a seguir, considerando as previsões do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

O servidor público é proibido de participar da administração de sociedade empresarial, personificada ou não personificada.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2775301

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT I (CNPq)/CNPq/Administração e Recursos Logísticos/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1002 Julgue o item a seguir, considerando as previsões do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

Opor resistência justificada ao andamento de documento constitui, em regra, falta funcional do servidor público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2783767

CEBRASPE (CESPE) - Ass (CAU BR)/CAU BR/Tecnologia da Informação/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1003 Carlos, servidor público federal com cargo efetivo, praticou ato administrativo que causou dano a terceiro. A sindicância que foi aberta concluiu que o ato praticado por ele não está incluso nas atribuições legais de seu cargo. O terceiro prejudicado ajuizou ação de responsabilidade civil contra a União solicitando indenização. Carlos alegou inocência, pois o ato que decidiu a sindicância apenas declarou concordância com os fundamentos do parecer da assessoria jurídica do órgão.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Não há impedimento para que Carlos seja penalizado administrativa e civilmente pelo mesmo ato, uma vez que impera o princípio da independência das instâncias.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2789232

CEBRASPE (CESPE) - Ana Amb (MMA)/MMA/"Sem Área de Concentração"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1004 Considerando o exercício da cidadania, o Código de Ética Profissional do Serviço Público (Decreto n.º 1.171/1994), as regras relativas aos impedimentos posteriores ao exercício do cargo público (Lei n.º 12.813/2013) e aos atos de improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/1992) e o regime disciplinar previsto na Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

A sanção disciplinar prevista na Lei n.º 8.112/1990 para a prática de manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição é a de advertência, em regra.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2817067

CEBRASPE (CESPE) - ERAC (ANAC)/ANAC/Qualquer Área de Formação/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1005 Com fundamento no Decreto n.º 1.171/1994, na Lei n.º 8.112/1990 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir.

Segundo a Lei n.º 8.112/1990, a penalidade aplicada ao servidor que, injustificadamente, se recusar a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente terá seu registro cancelado, com efeitos retroativos, após o decurso de três anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT (CAPES)/CAPES/Geral/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1006) De acordo com as Leis n.º 8.112/1990, n.º 8.429/1992 e n.º 12.846/2013, julgue o item a seguir.

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal por inexistência de provas.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - APO (MPO)/MPO/Geral/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1007) Com fundamento nas Leis n.º 8.112/1990, n.º 8.429/1992, n.º 9.784/1999, no Decreto n.º 1.171/1994 e no Plano de Integridade do Ministério do Planejamento e Orçamento 2024-2025, julgue o item a seguir.

A Lei n.º 8.112/1990 prevê a aplicação da penalidade de suspensão, por até 90 dias, ao servidor reincidente na prática da usura sob qualquer de suas formas.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana MP (MPE GO)/MPE GO/Analista Ambiental/Engenharia Agrônômica/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1008) A respeito da organização e dos princípios da administração pública e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990), julgue o item a seguir.

A responsabilização administrativa de servidor, mediante processo administrativo disciplinar, não exclui a possibilidade de ele ser punido também na esfera criminal pela mesma conduta.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Judiciária/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1009) Em relação aos agentes públicos, julgue o item a seguir.

A aplicação da penalidade de demissão a um agente público pela prática de ato de improbidade administrativa implica a indisponibilidade de seus bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1010) No que se refere a direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o próximo item, considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990.

Atender ao público com presteza e guardar sigilo sobre assuntos da repartição são deveres do servidor, enquanto zelar pela economia de material, conquanto não seja um dever legal, é uma boa prática recomendada para a observância do princípio da economicidade.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1011) No que se refere a direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o próximo item, considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990.

É direito do servidor ausentar-se do serviço durante o expediente, desde que a ausência seja justificada posteriormente.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1012) Determinado órgão do Ministério Público da União (MPU) decidiu contratar empresa para a realização de serviço cujo valor total envolvido era de R\$ 45.000. Ticiano, servidor responsável pela execução do contrato, resolveu realizar a contratação direta, por entender que era cabível licitação dispensável no caso. Entretanto, Maria, chefe de Ticiano, determinou que a contratação fosse efetivada por inexigibilidade. Por sua vez, Ticiano informou que não iria cumprir a determinação superior por considerar a ordem ilegal.

De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, as ordens superiores, mesmo quando manifestamente ilegais, devem ser cumpridas.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2706433

CEBRASPE (CESPE) - Esp FEPPE (FNDE)/FNDE/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1013) No que se refere ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, julgue o item seguinte.

As penalidades de advertência e suspensão aplicadas a servidores públicos civis federais podem ser canceladas após os prazos legalmente previstos e, caso isso de fato ocorra, o cancelamento surtirá efeitos retroativos.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2724461

CEBRASPE (CESPE) - Adm (MME)/MME/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1014) João, servidor público federal vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), ausentou-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização de seu chefe imediato. Ao tomar conhecimento do fato, a administração pública instaurou processo administrativo disciplinar (PAD) que, ao final, resultou na pena de suspensão de 10 dias, aplicada a João por seu chefe imediato. Ciente da decisão e inconformado com a penalidade que lhe foi imposta, João interpôs recurso no prazo de 30 dias, requerendo a anulação do ato. Em sua argumentação, o servidor comprovou que a conduta por ele praticada ocorrera uma única vez, o que, segundo ele, evidenciaria a desproporcionalidade da pena, e questionou, ainda, a competência do chefe imediato para a aplicação da pena.

Diante da situação hipotética precedente, julgue o item que se segue.

O chefe imediato de João agiu corretamente ao aplicar-lhe a pena, visto que, segundo a Lei n.º 8.112/1990 — Estatuto Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União —, João praticou conduta proibida para a qual está prevista a pena de suspensão.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2724464

CEBRASPE (CESPE) - Adm (MME)/MME/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1015) João, servidor público federal vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), ausentou-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização de seu chefe imediato. Ao tomar conhecimento do fato, a administração pública instaurou processo administrativo disciplinar (PAD) que, ao final, resultou na pena de suspensão de 10 dias, aplicada a João por seu chefe imediato. Ciente da decisão e inconformado com a penalidade que lhe foi imposta, João interpôs recurso no prazo de 30 dias, requerendo a anulação do ato. Em sua argumentação, o servidor comprovou que a conduta por ele praticada ocorrera uma única vez, o que, segundo ele, evidenciaria a desproporcionalidade da pena, e questionou, ainda, a competência do chefe imediato para a aplicação da pena.

Diante da situação hipotética precedente, julgue o item que se segue.

É improcedente o questionamento de João no que tange à competência para a aplicação da penalidade, visto que, segundo previsão legal, no caso de suspensão de até 30 dias, a pena disciplinar pode ser aplicada pelo próprio chefe da repartição.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1895256

CEBRASPE (CESPE) - Tec Amb (IBAMA)/IBAMA/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1016) Determinado servidor público faltou ao serviço sem causa justificada, por período igual a sessenta dias, intercaladamente, durante doze meses.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item seguinte, com base na Lei n.º 8.112/1990.

Tal situação configura abandono de cargo público.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1895258

CEBRASPE (CESPE) - Tec Amb (IBAMA)/IBAMA/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1017) Determinado servidor público faltou ao serviço sem causa justificada, por período igual a sessenta dias, intercaladamente, durante doze meses.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item seguinte, com base na Lei n.º 8.112/1990.

Para apuração da conduta do servidor, será adotado procedimento administrativo disciplinar sumário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1895260

CEBRASPE (CESPE) - Tec Amb (IBAMA)/IBAMA/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1018) Determinado servidor público faltou ao serviço sem causa justificada, por período igual a sessenta dias, intercaladamente, durante doze meses.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item seguinte, com base na Lei n.º 8.112/1990.

A referida conduta pode acarretar ao servidor a penalidade de demissão.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1897863

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Licenciamento Ambiental/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1019) Considerando a situação hipotética de que determinado servidor público, sem prévia autorização da chefia imediata, tenha-se ausentado do serviço durante o expediente, para comprar presentes para sua família, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990.

Tal conduta poderá acarretar penalidade de demissão ao servidor.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1897864

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Licenciamento Ambiental/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1020) Considerando a situação hipotética de que determinado servidor público, sem prévia autorização da chefia imediata, tenha-se ausentado do serviço durante o expediente, para comprar presentes para sua família, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990.

Trata-se de conduta expressamente proibida pela referida lei.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1906174

CEBRASPE (CESPE) - APC (FUNPRES-P-EXE)/FUNPRES-P-EXE/Administrativa (Logística, Recursos Humanos e Governança)/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1021) O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de aspectos legais a elas relacionados.

Um gerente da FUNPRES-P instou um servidor a atualizar os próprios dados cadastrais para que incluísse o endereço de novo imóvel que ele havia comprado em outro estado. Esse servidor, considerando-se ofendido e coagido a fazer isso, argumentou que essa era uma atribuição estranha a seu cargo e citou a seguinte proibição da Lei n.º 8.112/1990, para mostrar que o gerente estava errado: "cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa...". Nessa situação, o servidor estava correto no entendimento da citada lei e pode recusar-se a informar ao órgão a compra do referido imóvel.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1906175

CEBRASPE (CESPE) - APC (FUNPRES-P-EXE)/FUNPRES-P-EXE/Administrativa (Logística, Recursos Humanos e Governança)/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1022) O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de aspectos legais a elas relacionados.

Um servidor público efetivo que cometeu falta grave no órgão em que trabalhava e se aposentou antes da decisão administrativa final sobre seu processo poderá ter cassada a aposentadoria em caso de condenação com pena de demissão.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1906176

CEBRASPE (CESPE) - APC (FUNPRES-P-EXE)/FUNPRES-P-EXE/Administrativa (Logística, Recursos Humanos e Governança)/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1023) O item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de aspectos legais a elas relacionados.

Uma analista de previdência complementar, a fim de manifestar seu apreço por uma amiga recém-admitida na FUNPRESP, realiza reunião com a equipe para discursar sobre as qualidades da nova servidora e comentar como esta poderá contribuir para melhorar o clima organizacional da área. A reunião promovida pela analista tem respaldo na Lei n.º 8.112/1990 e outras com a mesma finalidade podem ser incentivadas para o alcance de resultados organizacionais mais expressivos.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2207645

CEBRASPE (CESPE) - PANS (ANP)/ANP/Atividades de Regulação/Novas Atribuições I/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1024) No tocante à atividade empresária no contexto do direito empresarial, julgue o item a seguir.

Observada a inexistência de conflitos de interesse, servidores públicos em gozo de licença para tratar de interesses particulares podem exercer administração de sociedade empresária.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2252222

CEBRASPE (CESPE) - Tec (INSS)/INSS/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1025) A respeito dos agentes públicos, do regime jurídico único dos servidores públicos federais, dos poderes administrativos e do ato administrativo, julgue o item seguinte.

A condição de acionista de sociedade privada impede a posse em cargo público.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2613071

CEBRASPE (CESPE) - ATCI (MCom)/MCom/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1026) A respeito dos poderes administrativos e de disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

Ao servidor que imponha resistência injustificada à execução de determinado serviço e que anteriormente tenha sido punido pela mesma conduta é aplicável a penalidade de suspensão, em decorrência legítima do poder disciplinar da administração pública.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1625116

CEBRASPE (CESPE) - APF/PF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1027) Determinado agente da Polícia Federal revelou um segredo sobre uma operação policial que seria realizada para deter uma quadrilha de traficantes. Ele havia se apropriado desse segredo em razão do seu cargo. Tendo a operação fracassado, a administração da Polícia recebeu uma denúncia sobre o ocorrido e abriu processo administrativo disciplinar contra o referido servidor.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O servidor, em razão do seu ato, está sujeito à pena de demissão.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1656972

CEBRASPE (CESPE) - AgFEP (DEPEN)/SENAPPEN/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1028) Na pretensão de celebrar contrato administrativo com empresa fornecedora de serviço de mão de obra, João, servidor público competente de determinado órgão público, elaborou edital de licitação prevendo em uma de suas cláusulas que a empresa contratada reserve percentual mínimo de sua mão de obra a pessoas oriundas do sistema prisional. Tomando conhecimento do fato, o chefe de João, autoridade máxima do órgão, sem apresentar justificativa, suspendeu o edital e determinou a contratação direta da empresa por dispensa de licitação. Contrariado com a atitude do seu superior hierárquico, João foi embora para casa no meio do expediente sem autorização do seu chefe, coisa que nunca antes fizera.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Por se ausentar do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, João está sujeito a pena de suspensão.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1698782

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1029) João, servidor público, aliciou um dos seus subordinados a se filiar ao sindicato da categoria a que ambos pertenciam. Em razão desse fato, instaurou-se processo administrativo contra João para apurar sua conduta funcional. Concluído o procedimento, o chefe da repartição, Antônio, aplicou a pena de advertência por escrito pelo ato praticado.

Considerando a situação hipotética precedente, o disposto na Lei n.º 8.112/1990, os requisitos do ato administrativo e os poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

A penalidade aplicada a João é incabível, uma vez que não há previsão legal expressa para a punição funcional pelo ato praticado.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1403141

CEBRASPE (CESPE) - PRF/PRF/2020

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142 da Lei nº 8.112/1990)

1030) No que diz respeito a corregedoria e direito disciplinar (CDD), julgue o item a seguir.

Se um policial rodoviário federal receber ordem verbal de um superior e suspeitar que a determinação seja ilegal, ele poderá deixar de cumpri-la, com base nessa suspeita.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3321846

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 143 a 182 da Lei nº 8.112/1990)

1031) Com fundamento na Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

Como medida cautelar e para evitar que o servidor interfira na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar pode determinar que ele seja afastado do exercício do cargo pelo prazo, improrrogável, de até sessenta dias, sem direito à remuneração.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3350032

CEBRASPE (CESPE) - Pesq A-I (INSA)/INSA/Biodiversidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 143 a 182 da Lei nº 8.112/1990)

1032) Julgue o item a seguir à luz do Código de Ética Profissional do Serviço Público (Decreto n.º 1.171/1999) e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

No âmbito do processo disciplinar, as reuniões e audiências das comissões constituídas para apuração de fato que possa constituir falta funcional devem ser públicas e de livre acesso a qualquer cidadão.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3350034

CEBRASPE (CESPE) - Pesq A-I (INSA)/INSA/Biodiversidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 143 a 182 da Lei nº 8.112/1990)

1033) Julgue o item a seguir à luz do Código de Ética Profissional do Serviço Público (Decreto n.º 1.171/1999) e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

No inquérito administrativo, o defensor dativo designado para defender o indiciado revel deve ser ocupante de cargo efetivo de mesmo nível ou superior ao do indiciado, ou ter escolaridade igual ou superior à dele.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3041612

CEBRASPE (CESPE) - Ana (BACEN)/BACEN/Economia e Finanças/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 143 a 182 da Lei nº 8.112/1990)

1034) Considerando os princípios básicos da administração pública, das autarquias e do regime disciplinar aplicável aos servidores públicos civis federais (Lei n.º 8.112/1990), julgue o item que se segue.

A fim de evitar que servidor público submetido a processo administrativo disciplinar (PAD) interfira no curso do referido processo, a lei autoriza o seu afastamento do exercício do cargo até a conclusão do PAD.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ TSE/TSE/Judiciária/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 143 a 182 da Lei nº 8.112/1990)

1035) Acerca da administração pública, do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

A compatibilidade do processo administrativo disciplinar com o ordenamento jurídico pátrio requer a estrita observância das seguintes fases, nessa ordem: instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão; inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa técnica por advogado e relatório; e julgamento.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Papis (POLC AL)/POLC AL/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 143 a 182 da Lei nº 8.112/1990)

1036) Julgue o próximo item, relativo a processo administrativo no âmbito da administração pública, atos administrativos, licitações e contratos administrativos, poder de polícia e processo administrativo disciplinar.

No processo administrativo disciplinar, a falta de intimação do servidor público, após a apresentação do relatório final pela comissão processante, não configura ofensa às garantias do contraditório e da ampla defesa por ausência de previsão legal.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TAE (MEC)/MEC/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 143 a 182 da Lei nº 8.112/1990)

1037) Com base no disposto no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, julgue o item a seguir.

Segundo a Lei nº 8.112/1990, no âmbito da apuração de irregularidades cometidas por servidor público, é possível a aplicação de medidas cautelares, a exemplo do afastamento preventivo, a ser implementado pela autoridade instauradora do processo disciplinar.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - EspFAEP (DEPEN)/SENAPPEN/Enfermagem/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 143 a 182 da Lei nº 8.112/1990)

1038) Considerando o processo de apuração de falta funcional, julgue o item a seguir.

As regras sobre a tramitação do processo administrativo disciplinar são uniformes para a União e para todos os estados.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - EspFAEP (DEPEN)/SENAPPEN/Enfermagem/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 143 a 182 da Lei nº 8.112/1990)

1039) Considerando o processo de apuração de falta funcional, julgue o item a seguir.

O processo administrativo disciplinar sob o rito sumário é aplicável apenas para a apuração de acumulação ilegal de cargos, de abandono de cargo e de inassiduidade habitual.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - EspFAEP (DEPEN)/SENAPPEN/Enfermagem/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 143 a 182 da Lei nº 8.112/1990)

1040) Considerando o processo de apuração de falta funcional, julgue o item a seguir.

A denúncia anônima é meio legítimo à viabilização da instauração de processo administrativo disciplinar.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - EspFAEP (DEPEN)/SENAPPEN/Enfermagem/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 143 a 182 da Lei nº 8.112/1990)

1041) A respeito da administração pública, dos servidores públicos da União e dos contratos e convênios celebrados pela União, julgue o item a seguir.

Caso servidor acusado que tenha sido devidamente intimado não compareça pessoalmente em ato do processo administrativo e não apresente justificativa para seu não comparecimento, deverão ser reconhecidos como verdadeiros os fatos a ele imputados.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1656950

CEBRASPE (CESPE) - AgFEP (DEPEN)/SENAPPEN/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 143 a 182 da Lei nº 8.112/1990)

1042) Considerando cada uma das espécies de sindicância, julgue o item que se segue.

A sindicância investigatória instaurada para apuração de fatos e infrações prescinde de contraditório e ampla defesa, na hipótese de não estar desde logo direcionada a aplicação de penalidade.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1656951

CEBRASPE (CESPE) - AgFEP (DEPEN)/SENAPPEN/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Do Processo Administrativo Disciplinar (arts. 143 a 182 da Lei nº 8.112/1990)

1043) Considerando cada uma das espécies de sindicância, julgue o item que se segue.

A penalidade de destituição de cargo em comissão poderá ser aplicada no âmbito da sindicância acusatória.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3315296

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Engenharia Civil/Segurança do Trabalho/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Seguridade Social do Servidor (arts. 183 a 230 da Lei nº 8.112/1990)

1044) A respeito do disposto no artigo 206-A da Lei n.º 8.112/1990 e suas atualizações legislativas, julgue o item subsecutivo.

Compete à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estabelecer procedimentos para preservação do sigilo das informações sobre a saúde do servidor, sendo o acesso restrito apenas ao próprio servidor, ou a quem este autorizar, e ao profissional de saúde responsável.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3315297

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Engenharia Civil/Segurança do Trabalho/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Seguridade Social do Servidor (arts. 183 a 230 da Lei nº 8.112/1990)

1045) A respeito do disposto no artigo 206-A da Lei n.º 8.112/1990 e suas atualizações legislativas, julgue o item subsecutivo.

Na hipótese de acumulação lícita de cargos públicos federais, os exames devem ser feitos com base no cargo de maior exposição a riscos nos ambientes de trabalho.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3315298

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Engenharia Civil/Segurança do Trabalho/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Seguridade Social do Servidor (arts. 183 a 230 da Lei nº 8.112/1990)

1046) A respeito do disposto no artigo 206-A da Lei n.º 8.112/1990 e suas atualizações legislativas, julgue o item subsecutivo.

A realização de exames médicos periódicos tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores em razão de doenças preexistentes ou adquiridas ao longo da vida.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3315299

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Engenharia Civil/Segurança do Trabalho/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Seguridade Social do Servidor (arts. 183 a 230 da Lei nº 8.112/1990)

1047) A respeito do disposto no artigo 206-A da Lei n.º 8.112/1990 e suas atualizações legislativas, julgue o item subsecutivo.

Os exames médicos periódicos, a cargo dos órgãos e entidades do SIPEC, serão prestados, inclusive, mediante contrato administrativo.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Engenharia Civil/Segurança do Trabalho/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Seguridade Social do Servidor (arts. 183 a 230 da Lei nº 8.112/1990)

1048) A respeito do disposto no artigo 206-A da Lei n.º 8.112/1990 e suas atualizações legislativas, julgue o item subsecutivo.

É lícito ao servidor se recusar a realizar os exames médicos periódicos, mas essa recusa deverá ser por ele consignada formalmente ou reduzido a termo pelo órgão ou entidade.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Engenharia Civil/Segurança do Trabalho/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Seguridade Social do Servidor (arts. 183 a 230 da Lei nº 8.112/1990)

1049) A respeito do disposto no artigo 206-A da Lei n.º 8.112/1990 e suas atualizações legislativas, julgue o item subsecutivo.

Os servidores que operam equipamentos com raios X ou substâncias radioativas serão submetidos a exames médicos complementares a cada 12 meses.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ TSE/TSE/Administrativa/Contabilidade/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Seguridade Social do Servidor (arts. 183 a 230 da Lei nº 8.112/1990)

1050) A respeito de agentes públicos e poderes administrativos da administração pública, julgue o próximo item, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

O auxílio -natalidade somente será pago à servidora por motivo de nascimento de filho, não podendo o cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora, auferir tal benefício.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Psico (FUB)/FUB/Organizacional/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Seguridade Social do Servidor (arts. 183 a 230 da Lei nº 8.112/1990)

1051) No que diz respeito à saúde e aos direitos dos servidores públicos civis das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

O servidor pode ser aposentado por invalidez em função de alienação mental.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Psico (FUB)/FUB/Organizacional/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Seguridade Social do Servidor (arts. 183 a 230 da Lei nº 8.112/1990)

1052) No que diz respeito à saúde e aos direitos dos servidores públicos civis das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

A alienação mental não pode ser considerada doença grave.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Seguridade Social do Servidor (arts. 183 a 230 da Lei nº 8.112/1990)

1053) Com base na Lei n.º 8.112/1990, julgue o item a seguir.

Será aposentado o servidor que, avaliado em inspeção médica para fins de readaptação, for julgado incapaz para o serviço público.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ATCI NS (ME)/ME/Perfil Profissional 2/Direito/2020

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Da Seguridade Social do Servidor (arts. 183 a 230 da Lei nº 8.112/1990)

1054) Acerca da prescrição e da decadência em direito da seguridade social, julgue o item a seguir.

Em se tratando de servidor público federal sob o regime da Lei n.º 8.112/1990, a pensão por morte do segurado que falecer, aposentado ou não, será devida a filho menor de dezoito anos, a contar da data do óbito, desde que requerida em até cento e oitenta dias após o óbito.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2992747

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Administrativa/Pedagogia/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Tópicos Mesclados de Estatuto de Servidores Federais (Lei nº 8.112/1990)

1055) Julgue o item seguinte, referente a direito administrativo.

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, o servidor não poderá eximir-se do cumprimento de seus deveres por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3315291

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Engenharia Civil/Segurança do Trabalho/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Decreto nº 7.003/2009 - Regulamenta a Licença para Tratamento de Saúde, de que Tratam os arts. 202 a 205 da Lei nº 8.112/1990

1056) A respeito dos procedimentos para concessão das licenças para tratamento de saúde do servidor e por motivo de doença em pessoa da família, julgue o próximo item, relativo ao Decreto n.º 11.255/2022.

O laudo pericial poderá conter a conclusão sobre a perícia e deverá conter, além do nome do perito oficial, o número do registro no respectivo conselho de classe, mas não se referirá ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço ou de doença profissional.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3315292

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Engenharia Civil/Segurança do Trabalho/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Decreto nº 7.003/2009 - Regulamenta a Licença para Tratamento de Saúde, de que Tratam os arts. 202 a 205 da Lei nº 8.112/1990

1057) A respeito dos procedimentos para concessão das licenças para tratamento de saúde do servidor e por motivo de doença em pessoa da família, julgue o próximo item, relativo ao Decreto n.º 11.255/2022.

Caso o perito considere necessário, ele poderá optar pela perícia presencial a qualquer tempo.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3315293

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Engenharia Civil/Segurança do Trabalho/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Decreto nº 7.003/2009 - Regulamenta a Licença para Tratamento de Saúde, de que Tratam os arts. 202 a 205 da Lei nº 8.112/1990

1058) A respeito dos procedimentos para concessão das licenças para tratamento de saúde do servidor e por motivo de doença em pessoa da família, julgue o próximo item, relativo ao Decreto n.º 11.255/2022.

Compete ao órgão central do SIPEC propor normas que regulam a operacionalização dos exames médicos periódicos dos servidores públicos federais.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3315294

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Engenharia Civil/Segurança do Trabalho/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Decreto nº 7.003/2009 - Regulamenta a Licença para Tratamento de Saúde, de que Tratam os arts. 202 a 205 da Lei nº 8.112/1990

1059) A respeito dos procedimentos para concessão das licenças para tratamento de saúde do servidor e por motivo de doença em pessoa da família, julgue o próximo item, relativo ao Decreto n.º 11.255/2022.

A licença para tratamento de saúde será concedida ao servidor, a pedido ou de ofício, por perícia oficial singular, em caso de licenças que não excedam o prazo de três meses no período de um ano, a contar do primeiro dia de afastamento.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3315295

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Engenharia Civil/Segurança do Trabalho/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Decreto nº 7.003/2009 - Regulamenta a Licença para Tratamento de Saúde, de que Tratam os arts. 202 a 205 da Lei nº 8.112/1990

1060) A respeito dos procedimentos para concessão das licenças para tratamento de saúde do servidor e por motivo de doença em pessoa da família, julgue o próximo item, relativo ao Decreto n.º 11.255/2022.

Desde que o afastamento seja inferior a quinze dias, a dispensa da perícia oficial fica condicionada à apresentação de atestado médico ou odontológico, encaminhado por meio de plataforma digital do governo federal.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1655452

CEBRASPE (CESPE) - EspFAEP (DEPEN)/SENAPPEN/Médico Clínico/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Decreto nº 7.003/2009 - Regulamenta a Licença para Tratamento de Saúde, de que Tratam os arts. 202 a 205 da Lei nº 8.112/1990

1061) Com relação aos Decretos n.º 6.833/2009 e n.º 7.003/2009, julgue o item que se segue.

De acordo com o Decreto n.º 7.003/2009, a perícia oficial poderá ser dispensada para a concessão de licença para tratamento de saúde, desde que não ultrapasse o período de dez dias corridos.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1611226

CEBRASPE (CESPE) - PRF/PRF/2021

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Decreto nº 7.203/2010 - Nepotismo

1062) A respeito da ética no serviço público, da administração pública federal bem como dos servidores públicos federais e seus direitos e deveres, julgue o item que se segue.

O diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, desde que satisfeitos os requisitos legais, poderá realizar a contratação direta de empresa na qual um primo seja sócio.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3664878

CEBRASPE (CESPE) - OCE (TCE-RS)/TCE RS/Oficial Instrutivo/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Lei nº 8.745/1993 - Contratação Temporária

1063) Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item subsequente, relativos aos agentes públicos.

Admite-se a contratação temporária de pessoal para o atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público, desde que prevista em lei.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3008125

CEBRASPE (CESPE) - AGP (SEPLAG CE)/SEPLAG CE/Gestão de Desenvolvimento de Pessoas/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Lei nº 8.745/1993 - Contratação Temporária

1064) A respeito do dimensionamento, do provimento e da movimentação da força de trabalho, julgue o item a seguir.

A contratação de estagiários na administração pública visa ao suprimento de carências temporárias de pessoal.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3237912

CEBRASPE (CESPE) - AAAPC (PC DF)/PC DF/Agente Administrativo/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1065) Em relação à improbidade administrativa e ao abuso de autoridade, julgue o item a seguir de acordo com as disposições das Leis n.º 8.429/1992 e n.º 13.869/2019.

Todo aquele que exerce, por qualquer forma de vínculo, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, função em órgão da administração pública pode ser sujeito ativo tanto de ato de improbidade administrativa quanto do crime de abuso de autoridade.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3249752

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1066) Com fundamento no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto n.º 1.171/1994), na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) e na Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013), julgue o item a seguir.

Para fins de aplicação da Lei de Improbidade Administrativa, é considerado agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por nomeação, designação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, função na administração pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3251877

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Apoio Especializado/Contabilidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1067) Julgue o item a seguir, a respeito da legislação que trata de improbidade administrativa, defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos e acesso à informação.

As disposições legais acerca da improbidade administrativa são inaplicáveis a particulares, ainda que estes induzam ou concorram para a prática de atos de improbidade, pois a lei se rege exclusivamente a atuação de agentes públicos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3251881

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Apoio Especializado/Contabilidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1068) Julgue o item a seguir, a respeito da legislação que trata de improbidade administrativa, defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos e acesso à informação.

Se um gestor público deixar de aplicar penalidade a uma empresa contratada com base em jurisprudência recente, mas os órgãos de controle posteriormente discordaram, em face de interpretação jurisprudencial divergente, então, nesse caso, a ação do servidor não configura improbidade, pois decorreu de divergência interpretativa fundamentada em jurisprudência.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3252138

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Apoio Especializado/Engenharia Civil/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1069) Julgue o item a seguir, considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei n.º 8.112/1990) e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).

As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra, culposa ou dolosamente, para a prática de ato de improbidade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3255505

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Apoio Especializado/Medicina Cardiologia/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1070) A respeito das disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto n.º 1.171/1994), dos deveres do servidor público federal, conforme a Lei n.º 8.112/1990, e da improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Para aplicação de penalidade em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) exige que o sujeito ativo da conduta seja agente público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3258610

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Judiciária/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1071) Em relação aos agentes públicos e aos atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir, à luz da jurisprudência do STF.

Desde a edição da Lei n.º 14.230/2021, só se admite a responsabilização por atos de improbidade administrativa praticados na modalidade dolosa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3258774

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1072) Julgue o item a seguir, com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto nº 1.171/1994), no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112/1990) e na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador devem ser observados na aplicação de sanções em virtude da prática de atos de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3318037

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Comunicação/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1073) Julgue o item seguinte, a respeito de decadência administrativa, controle da administração pública, improbidade administrativa, aspectos relativos aos servidores públicos, conforme a Lei nº 8.112/1990, e requisição, segundo o Decreto nº 10.835/2021.

O dolo exigido para a configuração de um ato de improbidade é caracterizado pela vontade livre e consciente do agente de alcançar o resultado ilícito tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, não bastando a sua voluntariedade.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3319289

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Direito/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1074) A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), considerando a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito do assunto, julgue o item que se segue.

O dolo é elemento necessário para a configuração de um ato de improbidade administrativa, logo, o mero exercício da função por um agente público, sem que haja a comprovação da prática de um ato doloso com um fim ilícito, afasta a responsabilidade do agente pela prática de determinado ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3321853

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1075) Em relação à improbidade administrativa, julgue o item que se segue, com base na Lei nº 8.429/1992.

As disposições legais sobre as sanções cabíveis em virtude do cometimento de atos de improbidade administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática da conduta.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3321855

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1076) Em relação à improbidade administrativa, julgue o item que se segue, com base na Lei nº 8.429/1992.

O herdeiro daquele que tenha causado dano ao erário se sujeita somente à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3322764

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/Fiscalização e Distribuição de Receitas/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1077) Com relação à delegação de serviço público, aos bens públicos, ao processo administrativo federal e aos atos de improbidade administrativa, julgue o item seguinte.

Especialista da ANM que praticar ato culposos que ocasione dano ao erário deverá ser sujeito passivo de ação de improbidade administrativa, que poderá ser proposta pelo Ministério Público Federal.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3344800

CEBRASPE (CESPE) - AA (ICMBio)/ICMBio/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1078) Julgue o item seguinte, com base na Lei n.º 8.429/1992, que trata de improbidade administrativa, e na Lei n.º 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção.

Havendo indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos deve representar diretamente ao Poder Judiciário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3348041

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT10/TRT 10/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1079) De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item seguinte.

A voluntariedade do agente público não é condição suficiente para que se tenham caracterizadas as tipificações previstas na Lei de Improbidade Administrativa, quando verificados o prejuízo ao erário ou o enriquecimento ilícito.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3350044

CEBRASPE (CESPE) - Pesq A-I (INSA)/INSA/Biodiversidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1080) Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue o próximo item.

A Lei de Improbidade Administrativa não é aplicável aos agentes políticos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3350048

CEBRASPE (CESPE) - Pesq A-I (INSA)/INSA/Biodiversidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1081) Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue o próximo item.

A vontade livre e consciente na prática de um ato que possa gerar prejuízo ao erário é suficiente para a caracterização de ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3370961

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1082) Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue o próximo item.

Aquele que praticar ato de improbidade administrativa contra o patrimônio de entidade privada que recebe subvenção pública se sujeitará às sanções da Lei de Improbidade Administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3370963

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1083) De acordo com as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o item a seguir.

Para fins de configuração de ato de improbidade administrativa, o dolo é caracterizado como a vontade livre e consciente de se alcançar resultado ilícito tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3370963

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1084) De acordo com as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o item a seguir.

As regras da Lei de Improbidade Administrativa são inaplicáveis às condutas do agente político.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1085) Julgue o próximo item, conforme as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992.

A responsabilidade do sucessor daquele que se enriqueceu ilicitamente está limitada à reparação do valor do patrimônio transferido.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1086) Julgue o próximo item, conforme as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992.

A ação negligente do agente público que resultar em lesão patrimonial ao erário é suficiente para a caracterização da improbidade administrativa.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1087) Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir.

O mero exercício de função pública, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1088) Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir.

O sucessor ou o herdeiro daquele que tenha causado dano ao erário está sujeito à obrigação de repará-lo integralmente.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1089) Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir, relativos ao exercício da cidadania e à ética no setor público.

Aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática de ato de improbidade administrativa submete-se, no que couber, às disposições legais sobre as sanções aplicáveis em decorrência de tais condutas.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1090) Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir, relativos ao exercício da cidadania e à ética no setor público.

Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador se aplicam ao sistema de responsabilização pela prática de atos de improbidade administrativa.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1091) Acerca do regime disciplinar dos servidores públicos federais — Lei n.º 8.112/1990 — e da Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, julgue o item que se segue.

Aplicam-se também as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa em casos de prática de ato de improbidade administrativa por pessoa jurídica sancionado como ato lesivo à administração pública no contexto da Lei Anticorrupção.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3495030

CEBRASPE (CESPE) - Adm (FUB)/FUB/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1092) Com base no Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994), na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990), na Lei do Processo Administrativo Federal (Lei n.º 9.784/1999) e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), julgue o item a seguir.

A condição de servidor público é indispensável para a incidência das regras da Lei de Improbidade Administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3501106

CEBRASPE (CESPE) - Tec (FUB)/FUB/Laboratório/Análise Clínica/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1093) Considerando as regras previstas no Decreto n.º 1.171/1994, nas Leis n.º 8.112/1990, n.º 8.429/1992, n.º 9.784/1992 e n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador são aplicáveis ao sistema de improbidade previsto na Lei n.º 8.429/1992.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3501682

CEBRASPE (CESPE) - Ag Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1094) A partir das disposições da Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e da Lei n.º 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses), julgue o item seguinte.

A voluntariedade do agente na prática de um ato de improbidade administrativa é condição insuficiente para caracterizar o dolo para fins de responsabilização nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3514045

CEBRASPE (CESPE) - Adv (CAU MG)/CAU MG/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1095) Com base nas Leis n.º 8.429/1992 e n.º 14.133/2021, julgue o item seguinte a respeito de aspectos atinentes à improbidade administrativa e a licitações.

A ausência de dolo é condição suficiente para descaracterizar determinada conduta, omissiva ou comissiva, como ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3545517

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1096) Com fundamento na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue o item subsequente.

Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dos agentes públicos eivadas de erros grosseiros.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3545521

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1097) Com fundamento na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue o item subsequente.

A prática de ato de improbidade administrativa, por ação ou omissão, requer a demonstração de culpa ou dolo por parte do agente público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3545522

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1098) Com fundamento na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue o item subsequente.

Aquele que, não sendo agente público, concorrer dolosamente para a prática de ato de improbidade não estará sujeito às disposições da Lei de Improbidade Administrativa e deverá responder por seus atos de acordo com a legislação penal comum.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2775316

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT I (CNPq)/CNPq/Administração e Recursos Logísticos/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1099) Com base nas disposições da Lei n.º 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

A responsabilidade do agente público é objetiva na prática do ato de improbidade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2775317

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT I (CNPq)/CNPq/Administração e Recursos Logísticos/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1100) Com base nas disposições da Lei n.º 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

As sanções previstas na referida lei se aplicam aos atos praticados contra o patrimônio de entidade privada que seja custeada pelo erário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2779617

CEBRASPE (CESPE) - Adv (CAU BR)/CAU BR/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1101) Acerca do que dispõe a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o próximo item.

A ação ou a omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, com base em jurisprudência, configura ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2794986

CEBRASPE (CESPE) - APMGIPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Contabilidade ou Ciências Contábeis/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1102) Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue o item seguinte.

Aplica-se a lei de improbidade administrativa ao parlamentar, de qualquer dos níveis de governo, nos casos de crimes de opinião.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2794987

CEBRASPE (CESPE) - APMGIPI (INPI)/INPI/Gestão e Suporte/Contabilidade ou Ciências Contábeis/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1103) Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue o item seguinte.

São elementos essenciais para a configuração do ato de improbidade administrativa: sujeito ativo, sujeito passivo, dolo, além de ato tipificado como ilícito do qual decorram dano ao erário, enriquecimento ilícito ou conduta que atente contra os princípios da administração.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2841460

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Administração de Banco de Dados/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1104) Ainda acerca de direito administrativo, julgue o item a seguir.

No caso de um agente público condenado por ato de improbidade administrativa que tenha causado dano ao erário falecer, os seus sucessores ou herdeiros estarão sujeitos à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança, afastando-se essa responsabilidade sucessória na hipótese de alteração contratual de cisão societária.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2875322

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT (CAPES)/CAPES/Geral/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1105) De acordo com as Leis n.º 8.112/1990, n.º 8.429/1992 e n.º 12.846/2013, julgue o item a seguir.

Aquele que exerce função pública transitoriamente e sem remuneração não está sujeito às sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, previstas na Lei n.º 8.429/1992.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2890571

CEBRASPE (CESPE) - Ana MP (MPE GO)/MPE GO/Analista Ambiental/Engenharia Agrônoma/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1106) De acordo com as disposições da Lei n.º 8.429/1992 no que se refere aos atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

As disposições da Lei n.º 8.429/1992 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra, de forma dolosa ou culposa, para a prática do ato de improbidade.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2934963

CEBRASPE (CESPE) - Ana Leg (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1107) No que se refere à Lei de Improbidade Administrativa e a sistemas de controle jurisdicional da administração pública, julgue o item seguinte.

A autoridade que identificar indícios de atos ou fatos de improbidade administrativa deve representar ao tribunal de contas competente para a adoção das providências necessárias.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2934968

CEBRASPE (CESPE) - Ana Leg (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1108) No que se refere à Lei de Improbidade Administrativa e a sistemas de controle jurisdicional da administração pública, julgue o item seguinte.

O ato doloso manifesta-se com a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na lei, sem que baste a voluntariedade do agente.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2935767

CEBRASPE (CESPE) - Ap Leg (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1109) Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o item subsequente.

A responsabilização por ato de improbidade administrativa não se aplica ao mero exercício de função ou de autoridade pública se não houver comprovação de conduta intencional com finalidade ilícita nesse exercício.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3039376

CEBRASPE (CESPE) - AFTM (Pref Mossoró)/Pref Mossoró/"Sem Área"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1110) Julgue o seguinte item, relativo a improbidade administrativa.

O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estará sujeito apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3078552

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (TCE AC)/TCE AC/Direito/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1111) Julgue o item subsequente, relativo ao controle na administração pública.

A Lei n.º 8.429/1992 não descreve os sujeitos passivos responsáveis pela conduta ímproba, mas lista as sanções que devem ser aplicadas aos que praticarem atos de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3186058

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1112) Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens que se seguem.

As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa aplicam-se aos atos de improbidade cometidos contra o patrimônio de entidades privadas que gozam de benefício fiscal concedido por ente público ou governamental.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3186060

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1113) Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens que se seguem.

A Lei de Improbidade Administrativa é aplicável àqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, concorram culposamente para a prática de ato de improbidade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3192088

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Judiciária/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1114) A respeito de improbidade administrativa, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992 e com o entendimento do STJ.

Particulares, pessoas físicas ou pessoas jurídicas que induzam ou concorram culposa ou dolosamente para a prática de ato de improbidade estarão sujeitos à aplicação da Lei n.º 8.429/1992.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2341864

CEBRASPE (CESPE) - Aux Per (POLC AL)/POLC AL/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1115) Acerca da carteira de identidade e da improbidade administrativa, julgue o próximo item.

Para a Lei de Improbidade Administrativa, a voluntariedade do agente caracteriza o dolo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2341868

CEBRASPE (CESPE) - Aux Per (POLC AL)/POLC AL/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1116) Acerca da carteira de identidade e da improbidade administrativa, julgue o próximo item.

Para efeito da Lei de Improbidade Administrativa, considera-se agente público a pessoa que exerce, transitoriamente e sem remuneração, função em entidade pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2395647

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Administrativa/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1117) Com base nas regras estabelecidas nas Leis n.º 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa — e na Lei n.º 12.846/2013 — que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública —, julgue o item que se segue.

O agente político está excluído do conceito de agente público adotado pela Lei n.º 8.429/1992.

Certo

Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2395728

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Administrativa/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1118) Acerca da organização administrativa, do controle da administração pública e das Leis n.º 8.429/1992, n.º 9.784/1999 e n.º 14.133/2021, julgue o item a seguir.

Os mesários não são considerados agentes públicos para a prática de atos de improbidade administrativa, devido à natureza voluntária e temporária do trabalho que realizam nas eleições.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2421475

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1119) Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o item seguinte.

A Lei de Improbidade Administrativa busca tutelar o patrimônio dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2423617

CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1120) Julgue o seguinte item à luz da Lei n.º 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, e suas alterações.

As penalidades previstas na lei em apreço são aplicáveis ao particular que induzir culposamente a prática do ato de improbidade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2423627

CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1121) Julgue o seguinte item à luz da Lei n.º 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, e suas alterações.

A conduta praticada com base em divergência interpretativa de lei, fundada em jurisprudência não pacificada, caracteriza ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2521374

CEBRASPE (CESPE) - ATM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1122) Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 — e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca da matéria, julgue o item a seguir.

O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2521376

CEBRASPE (CESPE) - ATM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1123) Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 — e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca da matéria, julgue o item a seguir.

A referida lei exaure os tipos de conduta que configuram atos de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2609045

CEBRASPE (CESPE) - Mus (FUB)/FUB/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1124) De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999) e a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), julgue o item seguinte.

Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, é facultado à autoridade que se deparar com indícios de atos de improbidade administrativa fazer representação ao Ministério Público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2613728

CEBRASPE (CESPE) - Tec (FUB)/FUB/Laboratório/Biologia/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1125) Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994) e na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), julgue o item a seguir.

Não será devido o ressarcimento integral do dano caso o ato de improbidade administrativa causador de lesão ao patrimônio público tenha sido cometido na modalidade culposa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2613730

CEBRASPE (CESPE) - Tec (FUB)/FUB/Laboratório/Biologia/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1126) Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994) e na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), julgue o item a seguir.

Os agentes públicos que não recebam remuneração ou que exerçam função transitória na administração pública integram o rol de agentes públicos sujeitos às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2614667

CEBRASPE (CESPE) - TAE (MEC)/MEC/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1127) À luz da Lei nº 8.429/1992 (improbidade administrativa) e da Lei nº 9.784/1999 (processo administrativo), julgue o item que se segue.

Caso um agente público incorra em ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário, seu herdeiro responderá subsidiariamente com todo o seu patrimônio em relação à obrigação de reparar o dano.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2689918

CEBRASPE (CESPE) - AACE (TC DF)/TC DF/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1128) Julgue o item subsequente com base na Lei de Improbidade Administrativa — Lei nº 8.429/1992.

Sempre que o ato de improbidade for praticado em prejuízo de um ministério, uma secretaria de estado ou uma secretaria municipal, o sujeito passivo será a União.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2724455

CEBRASPE (CESPE) - Adm (MME)/MME/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1129) Com base na Lei nº 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

A conduta comissiva do servidor público baseada em divergência interpretativa de lei, lastreada em jurisprudência não pacificada, ainda que não haja dano patrimonial ao erário, caracteriza improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2724456

CEBRASPE (CESPE) - Adm (MME)/MME/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1130) Com base na Lei nº 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

A falta de voluntariedade e de consciência na prática de ato ilícito descaracteriza-o como de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2724457

CEBRASPE (CESPE) - Adm (MME)/MME/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1131) Com base na Lei n.º 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Somente responde pelo ato de improbidade atribuído a pessoa jurídica o sócio que houver participado do ato e auferido benefício.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2724459

CEBRASPE (CESPE) - Adm (MME)/MME/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1132) Com base na Lei n.º 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

A utilização particular de servidores terceirizados contratados por órgão do Poder Judiciário descaracteriza a prática de improbidade administrativa, uma vez que é indispensável o vínculo estatutário para a configuração do ilícito.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2252226

CEBRASPE (CESPE) - Tec (INSS)/INSS/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1133) A respeito dos serviços públicos, do controle e responsabilização da administração, da improbidade administrativa e do processo administrativo, julgue o próximo item.

A voluntariedade do agente é suficiente para caracterizar a conduta ilícita como crime de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2612958

CEBRASPE (CESPE) - ATCI (MCom)/MCom/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

1134) No que diz respeito à improbidade administrativa, julgue o item a seguir, com base nas Leis n.º 8.429/1992 e n.º 14.230/2021.

A voluntariedade do agente é suficiente para a configuração da conduta ilícita como ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3237910

CEBRASPE (CESPE) - AAAPC (PC DF)/PC DF/Agente Administrativo/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1135) Em relação à improbidade administrativa e ao abuso de autoridade, julgue o item a seguir de acordo com as disposições das Leis n.º 8.429/1992 e n.º 13.869/2019.

A caracterização do ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública depende da existência de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito do agente público.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3249749

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1136) Com fundamento no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto n.º 1.171/1994), na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) e na Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013), julgue o item a seguir.

A configuração de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública depende necessariamente da comprovação de que o agente público agiu, no exercício da sua função, com a finalidade de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3252137

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Apoio Especializado/Engenharia Civil/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1137) Julgue o item a seguir, considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112/1990) e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

A mera indicação política realizada por detentor de mandato eletivo configura ato de improbidade administrativa, independentemente da aferição de dolo com finalidade ilícita na conduta do agente.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3255506

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Apoio Especializado/Medicina Cardiologia/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1138) A respeito das disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto nº 1.171/1994), dos deveres do servidor público federal, conforme a Lei nº 8.112/1990, e da improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Incorrerá em ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito o servidor público federal que utilizar, para atender necessidades pessoais, trabalho de terceirizado contratado pelo órgão.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3258768

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1139) Julgue o item a seguir, com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto nº 1.171/1994), no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112/1990) e na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica configura ato de improbidade administrativa, independentemente da comprovação de ato doloso praticado com essa finalidade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3284214

CEBRASPE (CESPE) - PMF (INSS)/INSS/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1140) Julgue o item seguinte, com base no disposto na Lei nº 8.429/1992, que trata de improbidade administrativa.

Permitir ou facilitar a aquisição de bem ou serviço por preço superior ao de mercado constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3321856

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1141) Em relação à improbidade administrativa, julgue o item que se segue, com base na Lei nº 8.429/1992.

A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica, independentemente da comprovação de ato doloso praticado com essa finalidade, basta para a configuração de ato de improbidade administrativa, pois o sistema de responsabilização por tais atos visa assegurar a integridade do patrimônio público e social.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3344801

CEBRASPE (CESPE) - AA (ICMBio)/ICMBio/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1142) Julgue o item seguinte, com base na Lei nº 8.429/1992, que trata de improbidade administrativa, e na Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção.

A configuração de ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública exige a caracterização de lesividade relevante que ocasione dano ao erário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3361427

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Proteção, Conservação, Licenciamento, Monitoramento e Qualidade Ambiental/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1143) A respeito da responsabilidade civil do Estado e da improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário a conduta de auferir, mediante a prática de ato doloso ou culposo, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função ou emprego em entidade pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3370959

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1144) De acordo com as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o item a seguir.

Os atos de improbidade administrativa necessariamente importam no enriquecimento ilícito do agente público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3370960

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1145) De acordo com as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o item a seguir.

Permitir dolosamente que pessoa física utilize bens do acervo patrimonial do Estado, sem observância das formalidades legais, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3377498

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1146) Julgue o próximo item, conforme as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992.

O agente público que recebe vantagem econômica para tolerar a prática de contrabando comete ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3377500

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1147) Julgue o próximo item, conforme as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992.

Para a configuração de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, é indispensável que o agente tenha a finalidade de obtenção de proveito indevido para si ou para outrem.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3441915

CEBRASPE (CESPE) - AJ (STM)/STM/Apoio Especializado/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1148) Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir.

Configura ato de improbidade administrativa a mera nomeação ou indicação política por detentores de mandatos eletivos, independentemente da aferição de dolo com finalidade ilícita do agente.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3450957

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Agente da Polícia Judicial/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1149) Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir, relativos ao exercício da cidadania e à ética no setor público.

O agente público que percebe vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza pratica ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3495347

CEBRASPE (CESPE) - Adm (FUB)/FUB/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1150) No que concerne ao controle da administração pública e à improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

É considerado ato de improbidade administrativa auferir, mediante a prática de ato doloso ou culposo, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3495827

CEBRASPE (CESPE) - Aud (FUB)/FUB/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1151) Com fundamento na legislação vigente e na doutrina majoritária, julgue o item a seguir, acerca de intervenção do Estado sobre a propriedade privada, licitações, parceria público-privada, controle e poderes da administração e improbidade administrativa.

Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3499460

CEBRASPE (CESPE) - Assist (FUB)/FUB/Administração/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1152) Julgue o item a seguir com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990), na Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999) e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

A revelação, antes da divulgação oficial, de uma medida econômica capaz de afetar o preço de um serviço é considerada ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3501688

CEBRASPE (CESPE) - Ag Adm (PF)/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1153) A partir das disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e da Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses), julgue o item seguinte.

A conduta de servidor público permitir, de forma dolosa, a locação de bem patrimonial do Estado por preço inferior ao de mercado consiste em ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3545514

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1154) Com fundamento na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), julgue o item subsequente.

Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a dispensa indevida de processo licitatório com consequente perda patrimonial efetiva.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3545519

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2025

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1155) Com fundamento na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), julgue o item subsequente.

A conduta de frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício de terceiros, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2775314

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT I (CNPq)/CNPq/Administração e Recursos Logísticos/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1156) Com base nas disposições da Lei n.º 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Constitui ato de improbidade administrativa exercer atividade de consultoria para pessoa física que tenha interesse suscetível de ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2779621

CEBRASPE (CESPE) - Adv (CAU BR)/CAU BR/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1157) Acerca do que dispõe a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o próximo item.

Constitui ato de improbidade administrativa o exercício da atividade de consultoria para pessoa física que tenha interesse suscetível de ser amparado por ação decorrente das atribuições do agente público durante a atividade.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2817068

CEBRASPE (CESPE) - ERAC (ANAC)/ANAC/Qualquer Área de Formação/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1158) Com fundamento no Decreto n.º 1.171/1994, na Lei n.º 8.112/1990 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue o item a seguir.

De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, para que se caracterize ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, exige-se a comprovação, na conduta funcional do agente público, do propósito de obtenção de proveito ou benefício indevido para si, para outra pessoa ou para outra entidade.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2846426

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Fotografia/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1159) No que se refere aos princípios, aos poderes e à responsabilidade da administração pública, à improbidade administrativa e ao disposto na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), julgue o item a seguir.

Além de ser considerado crime de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o recebimento de vantagem econômica para facilitar a aquisição de bem por preço superior ao valor de mercado também configura improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2875353

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT (CAPES)/CAPES/Geral/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1160) A respeito de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Constitui ato de improbidade administrativa perceber, dolosamente, vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel no exercício de cargo público.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2875354

CEBRASPE (CESPE) - Ana CT (CAPES)/CAPES/Geral/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1161) A respeito de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2876065

CEBRASPE (CESPE) - APO (MPO)/MPO/Geral/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1162) Com fundamento nas Leis n.º 8.112/1990, n.º 8.429/1992, n.º 9.784/1999, no Decreto n.º 1.171/1994 e no Plano de Integridade do Ministério do Planejamento e Orçamento 2024-2025, julgue o item a seguir.

Os atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da administração pública independem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos, assim como exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para poderem ser sancionados.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2890560

CEBRASPE (CESPE) - Ana MP (MPE GO)/MPE GO/Analista Ambiental/Engenharia Agrônoma/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1163) De acordo com as disposições da Lei n.º 8.429/1992 no que se refere aos atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

A aplicação de sanção pela prática de atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública exige a ocorrência de lesividade relevante ao bem jurídico tutelado e independe do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos envolvidos em tais atos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2934984

CEBRASPE (CESPE) - Proc Leg (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1164) Com relação à disciplina atinente a improbidade administrativa, decadência administrativa e licitações e contratos administrativos, julgue o item a seguir, considerando as disposições das Leis n.º 8.429/1992, n.º 14.133/2021 e n.º 9.784/1999, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Não caracteriza ato de improbidade a mera nomeação ou indicação política por detentores de mandatos eletivos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3008079

CEBRASPE (CESPE) - AGP (SEPLAG CE)/SEPLAG CE/Gestão de Desenvolvimento de Pessoas/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1165) À luz do Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual (Decreto estadual n.º 31.198/2013) e da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue o item subsequente.

Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3076393

CEBRASPE (CESPE) - ATI (TCE AC)/TCE AC/Gestão de Dados/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1166) Acerca de noções de direito administrativo, julgue o item a seguir.

Suponha que um servidor público tenha obtido vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública e que outro servidor tenha recebido, indiretamente, vantagem econômica para omitir ato de ofício a que estava obrigado. Nessa situação hipotética, nos termos da Lei n.º 8.429/1992, os dois servidores públicos somente estarão sujeitos a responder por ato de improbidade administrativa se houverem praticado dolosamente as mencionadas condutas.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3078743

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE AC)/TCE AC/Administração/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1167) Em relação ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), à tramitação de processos no âmbito do TCEAC e às competências do Tribunal de Contas da União (TCU), julgue o seguinte item.

De acordo com a LRF, constitui ato de improbidade administrativa caracterizado como enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso ou culposo, vantagem econômica na locação de bem público.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AnDR (CODEVASF)/CODEVASF/Administração/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1168) Julgue o item seguinte, a respeito dos atos de improbidade administrativa previstos na Lei n.º 8.429/1992.

Prática ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário o agente público que, de forma dolosa e durante o exercício de suas atividades, presta consultoria a pessoa jurídica cujo interesse possa ser amparado por sua ação no exercício de suas atribuições.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1169) Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens que se seguem.

O ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública só é passível de sanção se tiver gerado lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1170) Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens que se seguem.

A conduta de servidor de negar publicidade a atos oficiais configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Judiciária/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1171) A respeito de improbidade administrativa, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992 e com o entendimento do STJ.

Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a conduta dolosa do agente de frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio ou de terceiros.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Judiciária/"Sem Especialidade"/2024

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1172) A respeito de improbidade administrativa, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992 e com o entendimento do STJ.

Prejuízo ao erário ou enriquecimento ilícito do agente são requisitos necessários em condutas que tipifiquem ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Aux Per (POLC AL)/POLC AL/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1173) No que se refere a improbidade administrativa e processo administrativo, julgue o item subsequente.

Incorre em improbidade administrativa o recebimento, por servidor público, de vantagem econômica indireta, para fazer declaração falsa sobre dado técnico que envolva obras públicas.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1174) A tipificação dos atos de improbidade administrativa e suas respectivas sanções sofreram marcantes mudanças com a edição da Lei n.º 14.230/2021.

A esse respeito, julgue o item a seguir, com base no entendimento do STF.

Os atos de improbidade que atentem contra os princípios da administração pública exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado e independem do efetivo enriquecimento ilícito dos agentes públicos envolvidos para serem passíveis de sancionamento.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2368915

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1175) No que concerne à configuração do ato de improbidade administrativa, julgue o item seguinte.

Os atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública estão adstritos às condutas enumeradas nos incisos do artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa, não mais subsistindo ato ímprobo fundamentado apenas no *caput* do artigo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2368916

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1176) No que concerne à configuração do ato de improbidade administrativa, julgue o item seguinte.

A utilização do trabalho de servidores em obra privada não pode ser considerada ato de improbidade, dada a ausência de previsão legal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2395649

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Administrativa/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1177) Com base nas regras estabelecidas nas Leis n.º 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa — e na Lei n.º 12.846/2013 — que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública —, julgue o item que se segue.

Constitui ato de improbidade administrativa, importando em enriquecimento ilícito, usar, em proveito público, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública direta.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2395695

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Administrativa/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1178) Quanto a licitações, a contratos administrativos e à responsabilidade civil no âmbito da administração pública, julgue o item subsequente.

Incorre em ato de improbidade administrativa o servidor público que recebe vantagem econômica em decorrência de omissão em relação às suas atribuições como agente público, mesmo que o faça de maneira indireta.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2397437

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apoio Especializado/Direito/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1179) No que se refere à organização administrativa, ao controle da administração pública e à Lei n.º 8.429/1992, julgue o item subsequente.

Para ser caracterizada como improbidade administrativa, a ofensa ao princípio da legalidade não pode ser genérica, ou seja, precisa corresponder a condutas descritas em dispositivos específicos da lei.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2421476

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1180) Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o item seguinte.

Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito a celebração de parcerias entre entes da administração pública sem a observância das formalidades legais.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2421477

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1181) Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o item seguinte.

Cometerá ato de improbidade administrativa o servidor público que exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido pelo desempenho da regular função pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2423618

CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1182) Julgue o seguinte item à luz da Lei n.º 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, e suas alterações.

A perda patrimonial decorrente de atividade econômica, por si só, não é capaz de caracterizar ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2520647

CEBRASPE (CESPE) - ATM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1183) Julgue o item subsequente, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992, que trata sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa.

Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito doar a pessoa jurídica bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de ente da administração pública direta ou indireta, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2521373

CEBRASPE (CESPE) - ATM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1184) Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 — e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca da matéria, julgue o item a seguir.

As hipóteses legais de atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito e atentem contra princípios da administração pública retratam condutas específicas e configuram um rol exemplificativo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2588944

CEBRASPE (CESPE) - AFM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/Administração/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1185) Com relação à Lei n.º 8.429/1992, que trata sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue o item que se segue.

Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro enriqueça ilicitamente.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2601521

CEBRASPE (CESPE) - Ana TI (FUB)/FUB/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1186) O item subsequente, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca dos atos de improbidade administrativa.

Judi, servidora pública, pediu ao motorista do setor onde ela trabalha que buscasse, no horário do almoço e no carro oficial do órgão, seu animal de estimação no *pet shop* e o deixasse na casa dela, pois estava em reunião e, por essa razão, não poderia buscá-lo. Tal ação foi autorizada por Fidelis, superior hierárquico de Judi, e executada pelo motorista. Nessa situação, Judi não poderá responder pela prática de ato de improbidade administrativa, já que teve autorização de Fidelis, de modo que apenas ele poderá receber as cominações previstas para a prática de ato de improbidade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2614665

CEBRASPE (CESPE) - TAE (MEC)/MEC/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1187) À luz da Lei n.º 8.429/1992 (improbidade administrativa) e da Lei n.º 9.784/1999 (processo administrativo), julgue o item que se segue.

A ausência de ato doloso com fim ilícito no exercício de função pública afasta de imediato a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2614669

CEBRASPE (CESPE) - TAE (MEC)/MEC/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1188) À luz da Lei n.º 8.429/1992 (improbidade administrativa) e da Lei n.º 9.784/1999 (processo administrativo), julgue o item que se segue.

A configuração de ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública exige a demonstração de ofensa ao bem jurídico tutelado pela legislação de regência, ainda que a lesão observada tenha sido ínfima.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2724458

CEBRASPE (CESPE) - Adm (MME)/MME/2023

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1189) Com base na Lei n.º 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

A perda patrimonial decorrente da atividade econômica desempenhada por pessoa jurídica integrante da União, em qualquer hipótese, caracteriza ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2157375

CEBRASPE (CESPE) - ACP (MP TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1190) Julgue o item a seguir, considerando as disposições da Lei n.º 8.429/1992, com as modificações empreendidas pela Lei n.º 14.230/2021.

Receber vantagem econômica direta para facilitar a locação de bem público por preço superior ao valor de mercado constitui ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2159356

CEBRASPE (CESPE) - TAA (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1191) Julgue o item a seguir à luz das disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), com as modificações empreendidas pela Lei n.º 14.230/2021.

A Lei n.º 14.230/2021 revogou a seção que tratava dos atos de improbidade administrativa decorrentes da concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2159358

CEBRASPE (CESPE) - TAA (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1192) Julgue o item a seguir à luz das disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), com as modificações empreendidas pela Lei n.º 14.230/2021.

Constitui ato de improbidade administrativa nomear parente em linha reta, até o quarto grau, para o exercício de função gratificada na administração pública direta.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2159361

CEBRASPE (CESPE) - TAA (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1193) Julgue o item a seguir à luz das disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), com as modificações empreendidas pela Lei n.º 14.230/2021.

A Lei n.º 14.230/2021 passou a exigir a efetiva ocorrência de dano patrimonial ao erário para a configuração da improbidade decorrente de ato que atente contra os princípios da administração pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208335

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1194) Julgue o item a seguir, a respeito das regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações.

O terceiro que receber vantagem econômica, de qualquer natureza, para fazer declaração verdadeira sobre medida de mercadorias fornecidas a órgão público da administração direta responde por improbidade administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208336

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1195) Julgue o item a seguir, a respeito das regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações.

A voluntariedade da conduta do agente é condição suficiente para a tipificação do ato de improbidade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208392

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1196) Maria, servidora pública e ordenadora de despesa de determinado órgão público, permitiu a realização de despesas não autorizadas em regulamento. Com base nisso, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa contra Maria.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O Ministério Público agiu corretamente, porquanto o ato de Maria configura improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208568

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Direito/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1197) Julgue o item a seguir, a respeito das regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações.

Deixar de observar as normas relativas à aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas constitui ato de improbidade administrativa caracterizado como causador de prejuízo ao Erário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208583

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Direito/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1198) Considerando as disposições contidas na CF e na Lei n.º 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa —, bem como a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item a seguir, a respeito do controle da administração pública.

Para a caracterização de ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública, há de estar presente, além da lesividade relevante ao bem jurídico tutelado, o reconhecimento da produção de danos ao erário e(ou) o enriquecimento ilícito dos agentes públicos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2210301

CEBRASPE (CESPE) - AAE (SEE PE)/SEE PE/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1199) Considerando as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações, julgue o item a seguir.

A existência de vinculação estatutária entre o agente causador do dano e a pessoa jurídica de direito público lesada é condição indispensável para a configuração do ato de improbidade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2210303

CEBRASPE (CESPE) - AAE (SEE PE)/SEE PE/2022

Direito Administrativo (Doutrina e Leis Federais) - Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

1200) Considerando as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações, julgue o item a seguir.

Aceitar promessa de vantagem econômica para tolerar a prática de lenocínio configura ato de improbidade administrativa.

Certo
Errado

1001) Certo	1002) Errado	1003) Certo	1004) Certo	1005) Errado	1006) Errado	1007) Errado
1008) Certo	1009) Certo	1010) Errado	1011) Errado	1012) Errado	1013) Errado	1014) Errado
1015) Certo	1016) Errado	1017) Certo	1018) Certo	1019) Errado	1020) Certo	1021) Errado
1022) Certo	1023) Errado	1024) Certo	1025) Errado	1026) Certo	1027) Certo	1028) Errado
1029) Errado	1030) Errado	1031) Errado	1032) Errado	1033) Certo	1034) Errado	1035) Errado
1036) Certo	1037) Certo	1038) Errado	1039) Certo	1040) Certo	1041) Errado	1042) Certo
1043) Errado	1044) Certo	1045) Certo	1046) Errado	1047) Certo	1048) Certo	1049) Errado
1050) Errado	1051) Certo	1052) Errado	1053) Certo	1054) Certo	1055) Certo	1056) Errado
1057) Certo	1058) Errado	1059) Errado	1060) Certo	1061) Errado	1062) Certo	1063) Certo
1064) Errado	1065) Certo	1066) Certo	1067) Errado	1068) Certo	1069) Errado	1070) Errado
1071) Certo	1072) Certo	1073) Certo	1074) Certo	1075) Certo	1076) Certo	1077) Errado
1078) Errado	1079) Certo	1080) Errado	1081) Errado	1082) Certo	1083) Certo	1084) Errado
1085) Certo	1086) Errado	1087) Certo	1088) Errado	1089) Certo	1090) Certo	1091) Errado
1092) Errado	1093) Certo	1094) Certo	1095) Certo	1096) Errado	1097) Errado	1098) Errado
1099) Errado	1100) Certo	1101) Errado	1102) Errado	1103) Certo	1104) Errado	1105) Errado
1106) Errado	1107) Errado	1108) Certo	1109) Certo	1110) Certo	1111) Errado	1112) Certo
1113) Errado	1114) Errado	1115) Errado	1116) Certo	1117) Errado	1118) Errado	1119) Certo
1120) Errado	1121) Errado	1122) Certo	1123) Errado	1124) Errado	1125) Certo	1126) Certo
1127) Errado	1128) Errado	1129) Errado	1130) Certo	1131) Certo	1132) Errado	1133) Errado
1134) Errado	1135) Errado	1136) Certo	1137) Errado	1138) Certo	1139) Errado	1140) Errado
1141) Errado	1142) Errado	1143) Errado	1144) Errado	1145) Certo	1146) Errado	1147) Certo
1148) Errado	1149) Errado	1150) Errado	1151) Errado	1152) Certo	1153) Errado	1154) Errado
1155) Certo	1156) Certo	1157) Certo	1158) Certo	1159) Certo	1160) Certo	1161) Errado
1162) Certo	1163) Certo	1164) Certo	1165) Errado	1166) Certo	1167) Errado	1168) Errado
1169) Certo	1170) Errado	1171) Certo	1172) Errado	1173) Certo	1174) Certo	1175) Certo
1176) Errado	1177) Errado	1178) Certo	1179) Certo	1180) Errado	1181) Certo	1182) Certo
1183) Errado	1184) Errado	1185) Errado	1186) Errado	1187) Certo	1188) Errado	1189) Errado
1190) Errado	1191) Certo	1192) Errado	1193) Errado	1194) Errado	1195) Errado	1196) Errado
1197) Errado	1198) Errado	1199) Errado	1200) Certo			